



ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Paranatinga-MT, 09 de novembro de 2020.

LANÇADO

Ofício Nº 227/2020/CPI/AGUASPTGA

ASSUNTO: CONVOCAÇÃO

INVESTIGADA: ÁGUAS DE PARANATINGA

Referência: CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as supostas irregularidades no contrato de concessão e nos serviços prestados pela Concessionária Águas de Paranatinga/MT, instituída por Resolução 001/2019 da Mesa Diretora.

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, designada pela Resolução 001/2019, **CONVOCO V.S.^a** para prestar esclarecimentos no dia **23/11/2020, às 09h00min**, na Câmara Municipal de Paranatinga/M, devidamente acompanhado de seus procuradores, tendo em vista que a determinação do **Mandado de Segurança de nº 100193897.2020.8.11.0044**, com publicação no DJE em 29/10/2020, lhe concedeu o franqueamento dos autos, entretanto, toda a documentação da CPI estão digitalizadas no respectivo auto, assim lhe encaminho os CDs, contendo as mídias digitais dos depoimentos já colhidos, contudo, os autos da Investigação estão à disposição, com prévio agendamento na Câmara de Vereadores, na pessoa do Secretário Alan, para que possam conferir e fotocopiar o que ainda lhe forem pertinentes.

Atenciosamente,


JOSEVAINÉ SILVA DE SOUZA

Presidente Da Comissão Parlamentar De Inquérito

Resolução 001/2019

AGUAS DE PARANATINGA

NOME: Dorame Kelle

DATA: 30/11/2020

HORA: 10:37

Publicação: 1.

Data de Disponibilização: 29/10/2020

Data de Publicação: 30/10/2020

Jornal: Diário Oficial MATO GROSSO

Caderno: Tribunal de Justiça

Local: Segunda Entrância Comarca de Paranatinga

1ª Vara

Página: 00645

Intimação

Intimação

Classe: CNJ105 MANDADO DE SEGURANCA CIVEL Processo Numero: (s)

100193897.2020.8.11.0044 Parte (s)

Polo Ativo: AGUAS DE PARANATINGA LTDA. (IMPETRANTE) (s)

Advogado

Polo Ativo: MARCO ANTONIO DACORSO OAB MT154132 A (ADVOGADO (A)) Parte (s)

Polo Passivo: Presidente Comissao Parlamentar de Inquerito (IMPETRADO) (s)

Advogado

Polo Passivo: **SILVANA GREGORIO LIMA** OAB **MT9539A** (ADVOGADO (A)) ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIARIO 1ª VARA DE PARANATINGA SENTENCA 100193897.2020.8.11.0044.

Processo:

IMPETRANTE: AGUAS DE PARANATINGA LTDA.

IMPETRADO: PRESIDENTE COMISSAO PARLAMENTAR DE INQUERITO

Vistos, etc. Tratase de MANDADO DE SEGURANCA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada por AGUAS DE PARANATINGA LTDA em face de ato praticado pela autoridade coatora PRESIDENTE DA COMISSAO PARLAMENTAR DE INQUERITO, VEREADOR JOSEVAINE SILVA DE SOUZA, todos devidamente qualificados nos autos. Alegou, em síntese, que e concessionaria prestadora de servicos publicos de abastecimento de agua e esgotamento sanitario em Paranatinga e que a Camara Municipal criou Comissao Parlamentar de Inquerito por meio da Resolucao 001/2019, de 22 de fevereiro de 2019 com "a finalidade de investigar, possiveis irregularidades no contrato de concessao e nos servicos prestados pela concessionaria Aguas de Paranatinga". Pontuou que presumiu que os trabalhos da referida CPI estivessem encerrados devido o tempo decorrido bem como os esclarecimentos prestados pela concessionaria no passado, tendo sido surpreendida em 13 de agosto de 2020 com o aporte do oficio n 115/2020/CPI/AGUAS PTGA com convocacao dos representantes legais da concessionaria para prestarem esclarecimentos a CPI na data de 28 de agosto de 2020 em audiencia presencial. No Id. 37838725 fora concedida liminar para suspender a audiencia designada para o dia 28 de agosto de 2020 bem como para que o impetrado trouxesse aos autos o processo inquisitorial pertinente a Resolucao n. 001/2019. A impetrada manifestouse no Id. 38377543 justificando a duracao da CPI por meio de prorrogacoes deferidas pela Mesa Diretora em 15/05/2019, 19/08/2019, 14/11/2019, 06/03/2020, 01/06/2020 e 01/09/2020. Justifica a negativa de acesso aos autos pela impetrante eis que a mesma foi convocada em 19/02/2020 para acessar os autos nao tendo atendido a convocacao, nao justificou a ausencia e sequer requereu documentos. Pugnou pela manutencao da convocacao da impetrante a fim de participar do encerramento dos trabalhos antes do termino do prazo estabelecido no Requerimento 07/2020 e dentro da atual legislatura. Juntou documentos nos Ids. 38387721, 38387734, 38387728, 38387740, 38389241, 38389244, 38389250, 38389255, 38389261, 38389262, 38389263, 38389266, 38389267, 38389270, 38389272, 38389275, 38389278, 38389279, 38389281, 38389283, 38389286 e 38389289. Instado a se manifestar, o Ministerio Publico pugnou pela concessao parcial da seguranca pleiteada (Id. 38443880). E o relatorio. Fundamento e decidido. Tratase de MANDADO DE SEGURANCA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada por AGUAS DE PARANATINGA LTDA em face de ato praticado pela autoridade coatora PRESIDENTE DA COMISSAO PARLAMENTAR DE INQUERITO, VEREADOR JOSEVAINE SILVA DE SOUZA.

Considerando as peculiaridades do caso, preliminarmente, mister se faz alguns esclarecimentos quanto o cabimento do Writ. O mandado de segurança esta previsto no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituicao Federal de 1988. LXIX conceder-sea Mandado de Seguranca para proteger direito liquido e certo, nao amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsavel pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade publica ou agente de pessoa juridica no exercicio de atribuicoes do Poder Publico. No mesmo sentido enuncia o artigo 1º da Lei nº 12.016/2009, verbis: "Conceder-sea mandado de seguranca para proteger direito liquido e certo, nao amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa fisica ou juridica sofrer violacao ou houver justo receio de soffrela por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funcoes que exerca". Portanto, pela localizacao de sua disposicao legal, e considerado direito e garantia fundamental do cidadao, que visa amparar os direitos individuais contra abusos praticados pelo Estado. Nas licoes de Jose Afonso da Silva, que conceitua o mandado de seguranca, e considerado "um remedio constitucional, com natureza de acao civil, posto a disposicao de titulares de direito liquido e certo, lesado ou ameaçado de lesao, por ato ou omissao de autoridade publica ou agente de pessoa juridica no exercicio de atribuicao do Poder Publico". (in: Curso de Direito Constitucional Positivo, 18ª ed., Sao Paulo, Malheiros, 2000). Hely Lopes Meirelles, por sua vez, prossegue dizendo o que entende por direito liquido e certo: "Direito liquido e certo e o que se apresenta manifesto na sua existencia, delimitado na sua extensao e apto a ser exercitado no momento da impetracao. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparavel por mandado de seguranca, ha de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condicoes de sua aplicacao ao impetrante". (in Mandado de Seguranca, Acao Popular, Acao Civil Publica, Mandado de Injuncao, Habeas Data, 20ª Edicao, Ed. Malheiros, Sao Paulo). Compulsando os autos, vislumbro a presenca dos pressupostos autorizadores do mandado de seguranca, eis que o direito invocado nos autos encontra respaldo juridico. No caso dos autos, verifico que a parte impetrante nao obteve acesso aos autos do processo inquisitorial, sendo o ato do impetrado arbitrario e ilegal, ferindo, dessa forma, o Principio da publicidade dos atos administrativos bem como da ampla defesa e do contraditorio. Ademais, alega a impetrante que e imprescindivel o acesso aos autos a fim de tomar conhecimento dos fatos a fim de prestar esclarecimentos no ambito administrativo. Sobre o assunto: REMESSA NECESSARIA - MANDADO DE SEGURANCA - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO PARA REPRESENTAR AUTARQUIA

- REJEICAO - AUTO DE INFRACAO

PROCESSO ADMINISTRATIVO - EXTRACAO DE COPIAS - EXERCICIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITORIO - PRAZO RAZOAVEL - EXCESSO INJUSTIFICADO - ILEGALIDADE DO

PROCESSO ADMINISTRATIVO APOS O PEDIDO DE ACESSO AOS AUTOS PELO IMPETRANTE - SEGURANCA CONCEDIDA

- SENTENCA RATIFICADA. 1. A Lei Complementar n. 111/2002 preve a competencia da Procuradoria Geral do Estado para avocar a defesa judicial da Administracao Indireta, autarquica, fundacional e das sociedades de economia mista. 2. A obstacularizacao de extracao de copias de autos de processo administrativo contra si instaurado para o exercicio de sua defesa, constitui ofensa a direito liquido e certo, sanavel pela via do mandado de seguranca. 3. A demora no processamento e conclusao de pedido administrativo equiparase a seu proprio indeferimento, tendo em vista os prejuizos causados ao administrado, decorrentes do proprio decurso de tempo. (TJMTReeNec 15979/2017, DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, PRIMEIRA CAMARA DE DIREITO PUBLICO E COLETIVO, Julgado em 11/12/2017, Publicado no DJE 18/12/2017). REMESSA NECESSARIA. MANDADO DE SEGURANCA. COMISSAO PARLAMENTAR DE INQUERITO. ACESSO AOS AUTOS DO INQUERITO PARLAMENTAR. PRINCIPIOS CONSTITUCIONAIS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITORIO. ART. 7º, XIII E XV DA LEI 8906/94. PRERROGATIVA DE EXAME DOS AUTOS. SEGURANCA CONCEDIDA. SENTENCA CONFIRMADA NA REMESSA NECESSARIA. - O Mandado de Seguranca e a via legitima para assegurar direito liquido e certo do impetrante, relativo ao exercicio da ampla defesa e do contraditorio, preceitos assegurados pelo que estabelece o art. 5º, LV da

Constituicao da Republica de 1988 e os incs. XIII e XV do art. 7º da Lei 8.906/94 -
Estatuto da Ordem dos
Advogados do Brasil, concernente ao acesso do procurador do impetrante aos autos do
Inquerito Parlamentar que foi instaurado em seu desfavor - A ilegalidade manifesta
evidenciada pela negativa de acesso aos autos do Inquerito Parlamentar autoriza a
intervencao jurisdicional para declarar o dever de acesso as informacoes aos
procuradores do impetrante, razao pela qual deve ser confirmada a sentenca que
concedeu a seguranca. TJMG REMESSA NECESSARIACV : 10461160019745001 MG, DES.
MOACYR LOBATO, Julgado em 20/09/2018, Publicado em 25/09/2018). Destarte,
considerando as licoes acima colimadas, presentes os pressupostos autorizadores da
concessao parcial da ordem no mandado de seguranca, a procedencia em parte e medida
que se impoe. Ante o exposto, **CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANCA** e JULGO
EXTINTO o processo com resolucao do merito, nos termos do artigo 487, I, do Codigo de
Processo Civil para DETERMINAR ao impetrado que franqueie ao impetrante o acesso ao
processo inquisitorial pertinente a Resolucao n. 001/2019, confirmando a tutela
antecipada de Id. 37838725 neste ponto e, por consequencia, revogando a suspensao da
audiencia designada para que os representantes da impetrante prestassem
esclarecimentos perante a Comissao. Sentenca sujeita a duplo grau de jurisdicao, a teor
do disposto no artigo 14, § 1º, da Lei nº 12.016/2009. Sem custas e honorarios na forma
da lei. Cumpra a Secretaria o contido no artigo 13 da Lei nº 12.016/2009. Ciencia ao
Ministerio Publico. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Apos o transito em julgado,
certifique-se e arquivem-se com baixas e comunicacoes necessarias. Cumprase, expedindo
o necessario e com as cautelas de estilo. Paranatinga/MT, data da assinatura digital.
Fabricio Savio da Veiga Carlota Juiz de Direito



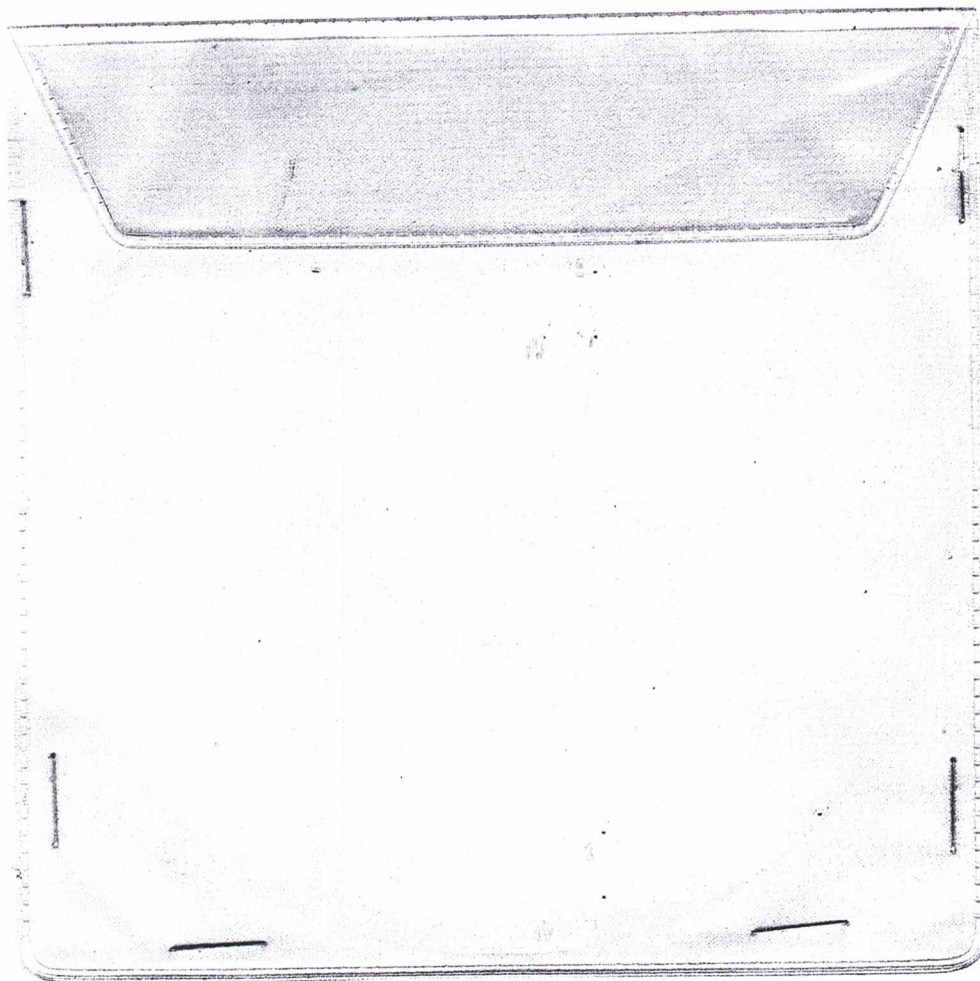


CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO

ANEXO DA GRAVAÇÃO DA MÍDIA DIGITAL

ASSUNTO: INTIMAÇÃO OITIVA

TESTEMUNHA: SR. LUIZ CARLOS HENZEL



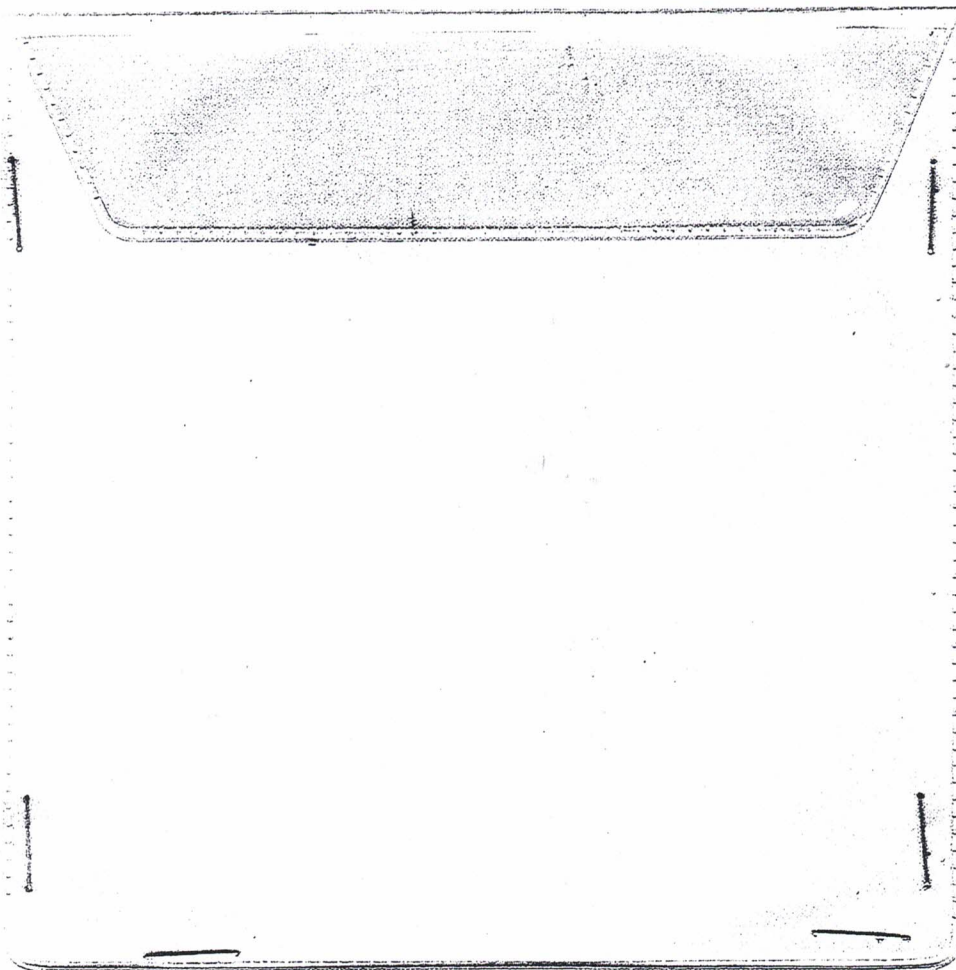


CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO

ANEXO DA GRAVAÇÃO DA MÍDIA DIGITAL

ASSUNTO: INTIMAÇÃO OITIVA

TESTEMUNHA: SR. WILSON MIRANDA



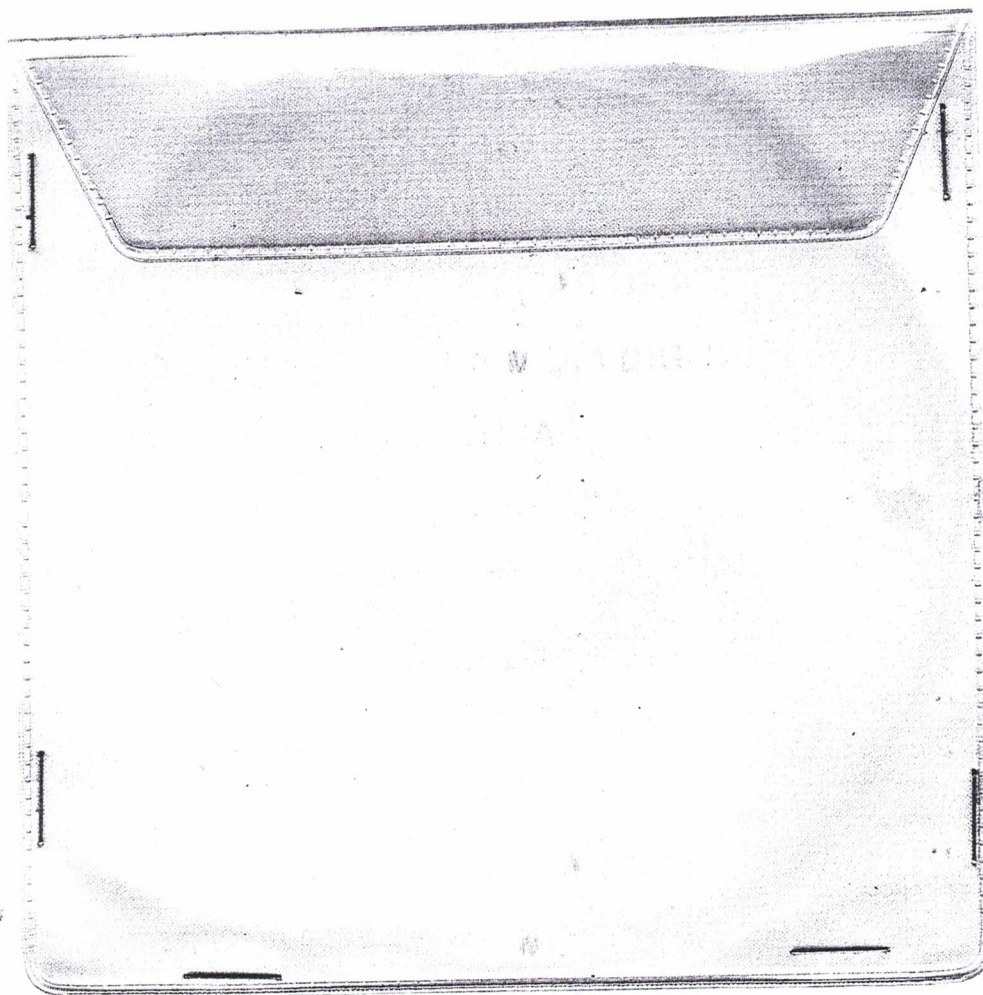


CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO

ANEXO DA GRAVAÇÃO DA MÍDIA DIGITAL

ASSUNTO: INTIMAÇÃO OITIVA

TESTEMUNHA: SR. LOURIVALDO PEREIRA DA SILVA



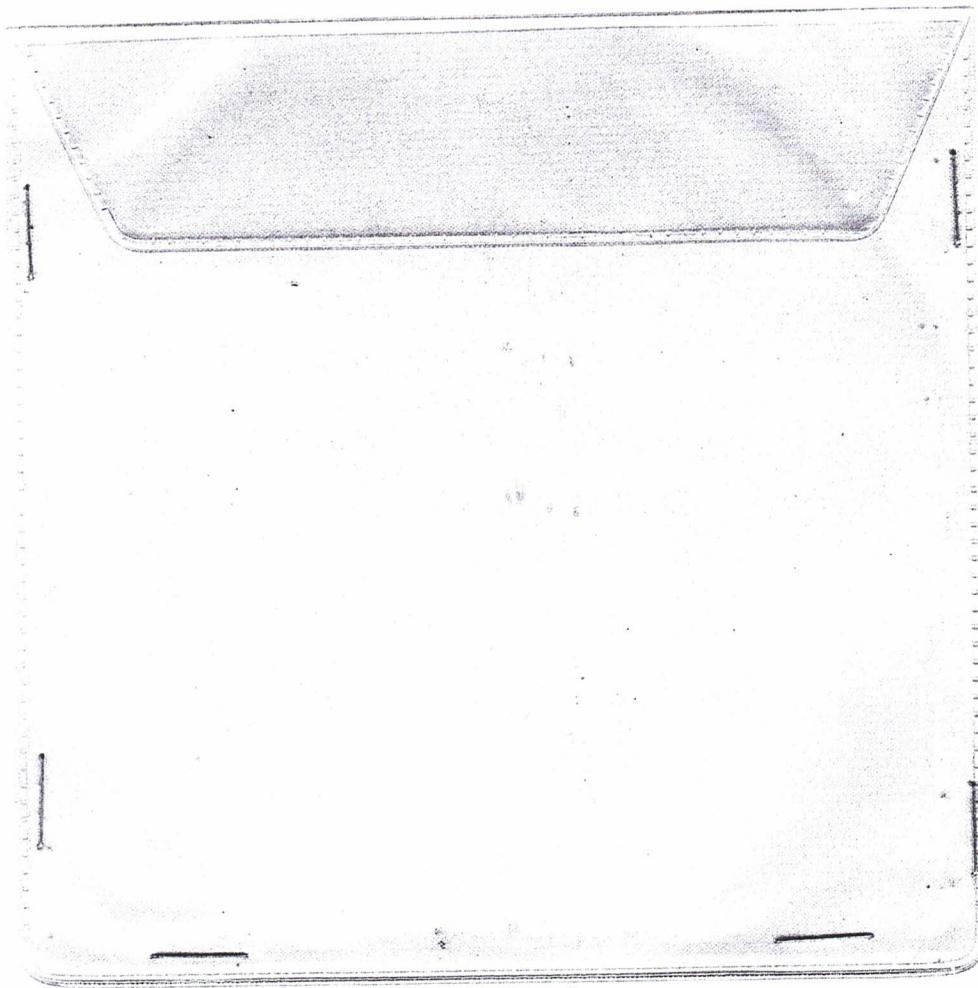


CPI - COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO

ANEXO DA GRAVAÇÃO DA MÍDIA DIGITAL

ASSUNTO: CONVOCAÇÃO

GESTOR MUNICIPAL DA COMARCA DE PARANATINGA MT



Carta APA nº 106/2020

Paranatinga/MT, 20 de novembro de 2020

Ao Exmo. Sr.

JOSEVAINE SILVA DE SOUZA

Presidente da Câmara

Câmara Municipal de Paranatinga

Ref.: *Ofício 227/2020/CPI/AGUASPTGA – Convocação para esclarecimentos referente a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Águas de Paranatinga, instituída por Resolução 001/2019 da Mesa Diretora.*

Prezado Senhor,

A ÁGUAS DE PARANATINGA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.978.996/0001-11, com sede na Av. Brasil, nº 1889, CEP 78.870-000, Centro, Paranatinga/MT, concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário do Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, conforme o Contrato de Concessão, assinado em 12 de março de 2015 com o Município, vem pela presente em atendimento ao Ofício 227/2020, da forma que segue.

A concessionária recebeu em 10 de novembro de 2020, o Ofício n. 227/2020/CPI/AGUASPTGA, convocando representantes legais da Concessionária para, no dia 23 de novembro 2020, às 9h, prestar esclarecimentos, em audiência, aos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), sobre os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Paranatinga.

Preliminarmente, cabe constar a não concordância com o prosseguimento da Comissão, segundo entendimento da Águas de Paranatinga, visto esta ter sido prorrogada irregularmente até o momento, o que, inclusive é objeto de ação judicial (mandado de segurança n. proc. n. 1001938-97.2020.8.11.0044).

Não obstante, considerando que o Diretor Presidente da Concessionária encontra-se em gozo de férias (e assim permanecerá na próxima segunda-feira), em respeito à consolidação das leis do trabalho, não será possível o comparecimento na data indicada por V.Sa.

Sem prejuízo do relatado acima, tendo em vista o crescente aumento dos casos de infecção pela COVID-19, conforme as autoridades brasileiras vem reportando (Responsável), requer que a audiência seja realizada virtualmente, de modo a não gerar exposição e risco de contágio para as pessoas envolvidas neste processo.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA
Recebido 03 Páginas.

Protocolo 227/2020
Ass. 23/11/2020

RECEBIDO
23/11/2020





16/11/2020 17:01

Lilian Stefani Huzyk

Águas de Paranatinga x Câmara (CPI) - resp ofício 227-2020

Para: protocolo1@camapara.org.br

Cc: Jurídico RT: Andre Bicca Machado; Robson Luiz Cunha



AParanatinga x Câmara (CPI) - resp ofício 227-2020 - solicited redesign 23-11.pdf
617 KB

Srs., boa tarde.

A **ÁGUAS DE PARANATINGA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.978.996/0001-11, com sede na Av. Brasil, nº 1889, CEP 78.870-000, Centro, Paranatinga/MT, concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário do Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, vem encaminhar a Carta 106/2020 em atendimento ao Ofício 227/2020, como protocolo digital.

Pedimos a gentileza de acusar recebimento.

Cordialmente,

ae
aegea



Lilian Stefani Huzyk
Jurídico RI
+55 66 35006705 | +55 66 86981029406
Rua Londrina, 249, Centro
Primavera do Leste/MT
<http://www.aegee.com.br>